

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA - CREA/PB

Decisão da Câmara Especializada de Engenharia Mecânica/Metalúrgica, Química, Geologia e Minas (CEMQGM/PB)		
Reunião	Ordinária	Nº 274 <sup>a</sup>
Decisão da	Câmara Especializada de Engenharia Mecânica/Metalúrgica, Química,	
CEMQGM	Geologia e Minas nº 159/2017	
Referência	Processo nº 1039745/2015	
Interessado	JOSIVALDO BARBOSA MONTEIRO - ME	

**EMENTA:** Aprova o parecer de que trata o Processo Nº 1039745/2015, que versa sobre Auto de Infração (300012068/2015).

## **DECISÃO**

A Câmara Especializada de Engenharia Mecânica, Metalúrgica, Química, Geologia e Minas do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA (PB), reunida em sua Sessão Ordinária nº 274<sup>a</sup>, apreciando o Processo nº 1039745/2015, que trata sobre Auto de Infração (300012068/2015) contra a pessoa jurídica JOSIVALDO BARBOSA MONTEIRO - ME, lavrado em 07/07/2015, com Aviso de Recebimento (AR) em 02/09/2015, onde o presente processo trata-se de Pessoa Jurídica sem registro, com objetivo social relacionado às atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea do Serviço de Manutenção de Bombas em Posto de Combustíveis, e; considerando que tal fato constitui infração ao Art. 59 da Lei 5.194/66; considerando que no dia 07 de julho de 2015 o CREA/PB emitiu o referido Auto de Infração nº 300012068/2015, referente a falta de PESSOA JURIDICA SEM REGISTRO CONFORME OBJETO SOCIAL; considerando que a Interessa recebeu o Auto de Infração identificado, no dia 02/09/2015; **considerando** que o Auto de Infração estabeleceu um prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento, para apresentar ao conselho de engenharia e agronomia da Paraíba a regularização da situação e pagamento da penalidade abaixo capitulada, ou defesa ao CREA/PB; considerando que como a Interessada recebeu o Auto de Infração no dia 02/09/2015, ela disponha de um prazo de 10 (dez) dias para eliminar o fato gerador, ou seja, até o dia 12/09/2015; considerando que a autuada não apresentou defesa escrita no prazo legal nos termos do Parágrafo Único do art. 10, da Res. 1008/04, do CONFEA, para análise desta Câmara Especializada; considerando que até a presente data não ocorreu regularização do fato gerador da infração, DECIDIU aprovar por unanimidade o Parecer do Relator, ou seja, pela MANUTENÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO, devendo ser aplicado a penalidade MÁXIMA com seu valor atualizado, conforme estabelecido através da alínea "c" do art. 73 da Lei 5.194/66. Coordenou a sessão o Senhor Engo Mecânico/Seg. do Trabalho Carlos Cabral de Araújo, estiveram presentes os Conselheiros: Maurício Timótheo de Sousa, Fábio Morais Borges, Iure Borges de Moura Aquino, José Ariosvaldo de Alves da Silva, Amauri de Almeida Cavalcanti e Pedro Paulo do Rego Luna Filho.

Cientifique-se e cumpra-se.

João Pessoa, 10 de julho de 2017.

Engº Mecânico e Seg. Trabalho Carlos Cabral de Araújo Coordenador Adjunto da CEMQGM – CREA/PB (Documento assinado eletronicamente)